

EDITAL- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025

Proc. Administrativo 1DOC nº 5.200/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME/SP, conforme especificações constantes no ANEXO 01- TERMO DE REFERÊNCIA, e as demais anexos, partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição

Ref: Impugnação

Impgte: Dados Projeto & Execução - ME

Assunto: Resposta

A Prefeitura Municipal de Leme, em atendimento ao disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresenta a seguir a resposta à impugnação interposta pela empresa Dados Projeto & Execução - ME contra o Edital da Concorrência Eletrônica nº 011/2025. A análise considera os argumentos apresentados, o conteúdo do edital, os estudos técnicos preliminares e a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

I - DA EXIGÊNCIA DE GRAU DE PROTEÇÃO IP67

Impugnação: Alega-se que a exigência de grau de proteção IP67 é desproporcional, pois o IP66 seria suficiente para luminárias públicas expostas a chuva e respingos, mas não a imersão, violando o art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021 por ausência de justificativa técnica.

Resposta:

1. A exigência de IP67 é fundamentada em critérios técnicos relacionados às condições ambientais do município de Leme, como alta umidade e acúmulo de poeira, visando maior robustez, durabilidade e confiabilidade das luminárias.
2. O IP67 inclui proteção contra imersão temporária e mantém as características do IP66 (resistência a jatos d'água), sendo plenamente compatível com as exigências de manutenção em campo.
3. Há ampla oferta de luminárias com IP67 no mercado, não havendo restrição indevida à competitividade, conforme comprovado por pesquisa de mercado anexa ao processo.
4. A exigência está respaldada em estudos técnicos preliminares e no histórico de falhas com luminárias de menor proteção, alinhando-se ao princípio da eficiência (art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e à jurisprudência do TCU (Acórdão nº 1.216/2013), que admite especificações superiores com motivação clara.

Decisão: Indeferimento, mantendo-se a exigência de grau de proteção IP67.

II - CONTRADIÇÃO ENTRE VIDA ÚTIL DE 100.000 HORAS E GARANTIA DE 5 ANOS

Impugnação: Alega-se contradição entre a vida útil mínima de 100.000 horas (cerca de 22 anos) e a garantia de 5 anos, sugerindo elevação para 10 anos para atender ao princípio da vantajosidade (art. 11, I, Lei nº 14.133/2021).

Resposta:

1. A vida útil de 100.000 horas é um padrão técnico (L70/L80, norma IES LM-80), enquanto a garantia de 5 anos é prática comum no mercado, cobrindo o período crítico de falhas de fabricação.
2. Elevar a garantia para 10 anos poderia restringir a competitividade, pois diversos fornecedores qualificados oferecem apenas 5 anos, o que violaria o art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021.

3. A vantajosidade (art. 11, I) considera o equilíbrio entre custo, qualidade e riscos, e não apenas o prazo de garantia. Após 5 anos, a manutenção programada é decisão estratégica do gestor público.
4. A exigência está alinhada às práticas de mercado e aos padrões de projetos de iluminação pública, conforme estudos técnicos anexos.

Decisão: Indeferimento, mantendo-se a vida útil ≥ 100.000 horas e garantia ≥ 5 anos.

III - EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA MECÂNICA IK09

Impugnação: Questiona-se a exigência de IK09, alegando que a Portaria INMETRO nº 20/2017 estabelece IK08 como mínimo, e que a exigência superior, sem justificativa, viola a isonomia e a competitividade (art. 22, §3º, Lei nº 14.133/2021).

Resposta:

1. O IK09 (10 joules) é exigido devido a riscos específicos no ambiente urbano de Leme, como vandalismo, danos acidentais por veículos e condições climáticas adversas, visando proteger o patrimônio público.
2. A exigência é fundamentada em estudos técnicos preliminares, com foco na redução de custos com manutenção e substituição de luminárias.
3. Há ampla oferta de luminárias com IK09 no mercado, conforme pesquisa anexa, não havendo restrição à competitividade.
4. A jurisprudência do TCU (Acórdão nº 1.216/2013) permite exigências superiores com motivação técnica, o que está presente no edital.

Decisão: Indeferimento, mantendo-se a exigência de IK09.

IV - AUSÊNCIA DE PROJETO LUMINOTÉCNICO

Impugnação: Alega-se que a ausência de projeto luminotécnico e memorial descritivo detalhado compromete a formulação de propostas, violando os

princípios de planejamento, transparência e julgamento objetivo (arts. 5º e 6º, Lei nº 14.133/2021).

Resposta:

1. O objeto do edital é a modernização do sistema de iluminação pública existente, não a criação de nova rede, sendo suficiente a substituição por luminárias LED com padrões mínimos definidos.
2. O edital especifica quantitativos, fluxo luminoso, eficiência energética, fotometria e condições de instalação, atendendo ao art. 6º, X da Lei nº 14.133/2021.
3. A elaboração do projeto executivo é responsabilidade do contratado, prática comum em modernizações, com parâmetros claros no edital, garantindo isonomia e julgamento objetivo.
4. Essa abordagem estimula soluções inovadoras e está alinhada ao princípio da vantajosidade (art. 11, Lei nº 14.133/2021), sendo respaldada por estudos técnicos anexos.

Decisão: Indeferimento, mantendo-se os termos do edital.

V - PREÇOS DE REFERÊNCIA SUBESTIMADOS

Impugnação: Alega-se que os preços de referência são subestimados, sem metodologia clara, comprometendo a viabilidade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

Resposta:

1. Os preços foram definidos com base em fontes oficiais (SINAPI, SICRO, CDHU), contratações similares e pesquisa de mercado, conforme art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
2. A metodologia está documentada nos autos, garantindo transparência e compatibilidade com o mercado.
3. Preços inferiores aos máximos tabelados são permitidos, desde que exequíveis, não havendo comprovação de inviabilidade pelo impugnante.

4. A estimativa visa assegurar a economicidade e a competitividade, conforme art. 11, I da Lei nº 14.133/2021.

Decisão: Indeferimento, mantendo-se os preços de referência.

CONCLUSÃO

As respostas da Administração abordam integralmente os pontos impugnados, com fundamentação técnica e jurídica alinhada à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e à jurisprudência do TCU. As exigências de IP67, IK09, vida útil de 100.000 horas, garantia de 5 anos e ausência de projeto luminotécnico prévio são justificadas por estudos técnicos preliminares e pelas condições locais do município, sem evidências de restrição indevida à competitividade. Os preços de referência foram elaborados com metodologia transparente e fontes confiáveis, garantindo a viabilidade do certame.

Diante do exposto, conheço da impugnação por atender aos requisitos de admissibilidade, para, no mérito, a **INDEFERIR**, mantendo o Edital como lançado.

Leme, 30 de julho de 2025

Claudemir Aparecido Borges

Prefeito Municipal